



UFSC



EXTENSÃO RURAL



ISSN 2318-1796

Open Access

Exten. Rur., Santa Maria, v. 32, p. 1-26, 2025 • <https://doi.org/10.5902/2318179688730>

Submissão: 25/08/2024 • Aprovação: 12/02/2025 • Publicação: 28/04/2025

Desenvolvimento Rural

A Agricultura Familiar e a Atividade Leiteira: um estudo sobre o projeto “leite competitivo” no município de Boa Ventura de São Roque/PR

Family Farming and Dairy Activity: a study on the “competitive milk” project in the municipality of Boa Ventura de São Roque/PR

Daniel Fritsch^I , Simão Ternoski^{II}

^ISecretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná, Boa Ventura de São Roque, PR, Brasil

^{II}Universidade Estadual do Centro-Oeste , Departamento de Ciências Econômicas, Guarapuava, PR, Brasil

RESUMO

O estudo trata da importância da atividade leiteira na agricultura familiar, municípios com predominância rural, como Boa Ventura de São Roque no Estado do Paraná, têm a agricultura familiar como importante setor produtivo, já que neste município 72,21% dos estabelecimentos são familiares, nos quais é destaque a produção de leite. Neste aspecto, questiona-se: qual o papel da atividade leiteira para estabelecimentos da agricultura familiar no município de Boa Ventura de São Roque/PR? O objetivo da pesquisa é analisar a importância da atividade leiteira para um grupo de agricultores familiares de Boa Ventura de São Roque/PR integrantes do projeto denominado “leite competitivo”. Metodologicamente, a pesquisa é exploratória e descritiva, com natureza qualitativa, e se figura como um estudo de caso sobre 18 agricultores familiares do projeto “leite competitivo”. Os resultados indicam que a atividade leiteira é a principal fonte de receitas, gerando 64,4% do produto bruto dos estabelecimentos, o leite permite maior renda agrícola já que a parcela do produto bruto que fica com os agricultores é de 57,61%, percentual superior aos 47,53% quando se considera as demais atividades. A atividade ainda desconcentra a renda, já que os 50% dos produtores mais ricos concentram 64,38% da renda agrícola, montante inferior aos 66,67% concentrados quando se avalia o conjunto de atividades dos estabelecimentos.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Leite competitivo; Mercados; Atividade leiteira

ABSTRACT

The study deals with the importance of dairy activity in family farming, predominantly rural municipalities, such as Boa Ventura de São Roque in Paraná's state, have family farming as an important productive



Artigo publicado por Extensão Rural sob uma licença CC BY-NC-SA 4.0.

sector, since in this municipality 72.21% of the establishments are familiar, in which milk production is highlighted. In this aspect, the question is: what is the role of the dairy activity for family farming establishments in the municipality of Boa Ventura de São Roque/PR? The objective of the research is to analyze the importance of the dairy activity for a group of family farmers from Boa Ventura de São Roque/PR, members of the project called "competitive milk." Methodologically, the research is exploratory and descriptive, with a qualitative character, it appears as a case study on 18 family farmers of the "competitive milk" project. The results indicate that the dairy activity is the main source of income, generating 64.4% of the gross product of the establishments, milk allows greater agricultural income since the share of the gross product that stays with the farmers is 57.61%, a percentage higher than 47.53% when considering the other activities. The activity still deconcentrates income, since the richest 50% of producers concentrate 64.38% of agricultural income, an amount lower than the 66.67% concentrated when evaluating the set of activities of the establishments.

Keywords: Family farms; Competitive milk; Markets; Dairy activity

1 INTRODUÇÃO

O modelo agrícola brasileiro se consolidou priorizando as grandes propriedades e a monocultura, com acesso desigual à terra entre os atores envolvidos. A primeira legislação de terras no Brasil, de 1850, concedeu o direito particular de uso e propriedade para aqueles que as ocupavam até então e permitiu a comercialização. Anteriormente a isso, as terras eram distribuídas via doação de grandes áreas e destinadas à monocultura (Schneider, 2010).

Aliado a isso, a revolução industrial, ao nível mundial, forçou mudanças nos modelos de produção, exigindo inclusive a remodelação da forma de trabalho do antigo camponês e uma aproximação desse para com os mercados, que fez surgir o agricultor familiar. No Brasil, a industrialização, mais tardia, também chega à agricultura e se constitui, para Schneider (2010, p. 108), em uma "saída à encruzilhada em que o Brasil se encontrava no final da década de 1950".

O estado brasileiro, através das políticas públicas, priorizou as *commodities* e grandes propriedades, um modelo excludente que deixou de lado estabelecimentos menores, mesmo que fundamentais para a manutenção e o abastecimento interno, seja de mão de obra, seja de alimentos. A ausência de políticas públicas de amparo aos agricultores familiares criou uma dívida histórica com esses agricultores (Carneiro, 2013; Schneider; Cazella; Mattei, 2021).

Para Wanderley (1996), a agricultura familiar tem sua força de trabalho oriunda da própria família, as atividades buscam suprir necessidades de subsistência e o excedente é destinado aos mercados. Schneider, Cazella e Mattei (2021) afirmam que a luta pelo reconhecimento levou, tardivamente, nos anos de 1990, ao início de um processo de reconhecimento, fruto das reivindicações do setor. A legitimação se inicia com o Decreto n.º 1.946 de junho de 1996, criando o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Foi somente com a lei n.º 11.326 de julho de 2006 que o agricultor familiar passou a ser reconhecido pelo Estado brasileiro.

Uma legitimação que permitiu acesso aos benefícios da política agrícola, já que os estabelecimentos familiares são maioria no território nacional, compondo 76,82% do total de estabelecimentos agrícolas do país. Dados do Censo Agropecuário de 2017 reforçam, no Paraná, a predominância da agricultura familiar (75,01%) e reafirmam sua importância (72,21%) no município de Boa Ventura de São Roque/PR (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2024a).

E, dentre as atividades desenvolvidas nos estabelecimentos familiares, o leite em muitas regiões se apresenta como principal atividade. Em Boa Ventura de São Roque/PR, por exemplo, 616 estabelecimentos produzem leite, sendo 530 familiares e 86 não familiares, o que gera uma parcela importante da renda produzida no município, tendo no agricultor familiar o protagonismo pelo maior volume desse montante (IBGE, 2024a).

Diante desse cenário, questiona-se: qual o papel da atividade leiteira para estabelecimentos da agricultura familiar no Município de Boa Ventura de São Roque/PR? Admite-se, como resposta, que a atividade leiteira é de suma importância aos agricultores familiares ligados ao projeto “leite competitivo” no município, seja na produção ou geração de renda. O objetivo desse estudo é analisar a relevância do leite para um grupo de agricultores familiares de Boa Ventura de São Roque/PR integrantes do projeto “leite competitivo”, desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IDR.

A agricultura em Boa Ventura de São Roque tem nos estabelecimentos familiares seu principal pilar, uma estrutura fundiária e de produção que conta com técnicas modernas, mas que também faz uso de métodos rudimentares a depender do capital disponível do agricultor. O leite no município é presente desde sua emancipação política, sendo importante fonte de renda para as famílias, o que reforça a relevância dessa pesquisa.

Esse segmento de produção se destaca na agropecuária pelo uso da mão de obra familiar. Todos os integrantes do núcleo familiar (desde crianças a idosos) podem participar do processo produtivo, o que reafirma o aspecto social do debate. Soma-se a isso, o uso do leite e seus derivados para o autoconsumo das famílias, que conciliam aos cultivos de hortifrutigranjeiros, garantindo sua segurança alimentar e a qualidade de vida no campo.

Para além dessa seção introdutória, a pesquisa segue-se com a seção 2 retratando sobre a agricultura familiar e a respeito da atividade leiteira. A seção 3 descreve o método e o grupo investigado. Segue-se com a seção 4, central do estudo, apresentando a região pesquisada e a análise dos dados coletados junto aos casos entrevistados. Por fim, estão as considerações finais e referências.

2 A AGRICULTURA FAMILIAR, ORIGENS E A ATIVIDADE LEITEIRA

O agricultor familiar carrega traços da antiga forma camponesa, com relações de proximidade com a terra e a família e foco na subsistência. Com o advento do capitalismo, se previa a extinção do camponês, mas a história mostrou uma remodelação e aproximação do mercado, formando o agricultor familiar nos padrões que se conhece atualmente (Friedmann, 1978; Polanyi, 1980; Veiga, 1991; Wanderley, 1996).

Para Polanyi (1980) e Toledo (1993), o agricultor familiar se reproduz e mantém traços tradicionais do campesinato, mesmo com uma nova racionalidade econômica, ligada ao capitalismo moderno e aos mercados. Wanderley (2000) considera que, com

a evolução da industrialização, o agricultor familiar recebeu parte das novas tecnologias, o que acarretou um intenso processo de mudanças e transformações que retiraram parte de sua autonomia com o preceito de maior integração econômica.

As unidades de produção familiar são, para Abramovay (2007), altamente produtivas e ganham destaque no capitalismo. Produzem com eficiência gêneros alimentícios, além de ofertar mão de obra excedente, ambos não atendidos pela agricultura capitalista, o que realimenta o crescimento econômico do capitalismo.

No Brasil, Schneider (2010) pontua para quatro formas de agricultura, sendo: grandes proprietários de terra atrasados, que usam a terra para atividades extensivas e reserva de valor; grandes proprietários modernos, com produção em escala; agricultores familiares modernos, muito integrados a agroindústria; e camponeses com pouca ou nenhuma terra e produção tradicional.

Em um cenário, como no Brasil, onde predomina a concentração fundiária e a crescente influência de empresas transnacionais e *holdings*, a agricultura familiar se mostra protagonista. Mesmo ocupando menor área de terra, responde por maior percentual na produção de alimentos. Conforme dados do Censo Agropecuário de 2017, segundo IBGE (2024a), é possível citar a relevância na produção do leite (62,8%), mandioca (80%), abacaxi (68,8%), alface (62,1%), cacau (93,6%), palmito (84,1%) como alguns dos muitos produtos que advém da agricultura familiar. Já unidades patronais se voltam para *commodities*, a exemplo da soja (90,7%) e do milho (83,1%).

Uma agricultura familiar não só responsável por produzir alimentos, mas que garante, conforme dados do IBGE (2024a), acesso à terra e ocupação para 10 milhões de pessoas, respondendo por 3.897.408 milhões de estabelecimentos no Brasil. A agropecuária, principalmente em pequenos municípios, possui grande relevância na geração da riqueza, contribuindo no desenvolvimento regional. A título de ilustração, em Boa Ventura de São Roque/PR, responde por 31,07% do Produto Interno Bruto – PIB, e tem na agricultura familiar e na atividade leiteira os pilares fundamentais para gerar renda e riqueza.

Nessa dinâmica de proximidade do agricultor familiar com os mercados, e para viabilizar a diversificação das estratégias de renda, entram em cena os meios de vida (ativos), capazes de propiciar o enfrentamento dos choques e tensões. Formam um *portfólio* de recursos humanos, sociais, naturais, financeiros e físicos, que compõem meios para o acesso a rendas diversificadas, internas e externas ao estabelecimento (Scoones, 1998; Ellis, 2000; Perondi; Schneider, 2012).

Para Scoones (1998), quanto mais diversificada a renda, maior a proteção em cenários de choques de preços e frustrações de safra, já Schneider (2003) atribui a diversificação a uma maior estabilidade financeira do estabelecimento rural. Dentro do *portfólio* de possibilidades que levam à diversificação, o leite é uma das estratégias de renda. Jung e Matte (2017) afirmam que o Brasil ocupa a quinta posição na produção mundial, atrás da Índia, EUA, China e Paquistão.

Para Maia *et al.* (2013), a primeira legislação da atividade leiteira no Brasil é de 1952 (Decreto n.º 30.691), desde então o setor vem incorporando tendências tecnológicas e ganhando importância (Schmitz; Santos, 2014). Por outro lado, para Telles *et al.* (2008), nem todos os agricultores absorvem a tecnologia e se integram a esse mercado. Para Braga (2010), o processo de modernização do setor no Brasil é recente e ocorre a partir da década de 1990, o qual, conforme Schmitz e Santos (2014), vem dos estímulos governamentais, permitindo aumento da produção e da qualidade do leite brasileiro.

Maia *et al.* (2013) entendem a produção em constante crescimento, já Casari e Tormem (2011) apontam crescimento de 26,08% do rebanho no Brasil de 1980 a 2005, com a produção crescendo 58,23% (crescimento anual de 4,0%). O Censo Agropecuário de 2017 posicionou o Sudeste com maior produção (37%), seguido do Sul (33%) e Centro-Oeste (13%), Nordeste (11%) e o Norte (6%). Em número de estabelecimentos, o Nordeste concentra 30% do total, seguido do Sudeste (25%), Sul (24%), Centro-Oeste (11%) e Norte (9%). O leite aparece em 1.176.295 estabelecimentos (221.135 patronais) e produção de 30.156.279 litros diários (IBGE, 2024a).

Quanto à produção paranaense, o Estado ocupa a terceira colocação com 4,4 bilhões de litros em 2017. Cresceu 64% entre 2007 e 2017 (Secretaria Estadual de Abastecimento, 2019). O Censo de 2017 aponta 87.063 estabelecimentos produtores, sendo 74.503 familiares que produzem 2.310.850 litros/dia, já os estabelecimentos patronais respondem por 29,37% da produção diária (IBGE, 2024a). O leite, para Ferrari *et al.* (2005), é uma fonte de receita mensal ao agricultor familiar, formando renda. Já Oliveira e Silva (2012) complementam que, além da renda, a atividade cria a segurança alimentar para a família.

Além do campo econômico, no aspecto social, a atividade é importante na criação de postos de trabalho, minimizando as crises de trabalho provocadas pela seleção em atividades industriais (Ferrari, *et al.*, 2005). Schmitz e Santos (2014) corroboram afirmando ser uma forma de ocupação da mão de obra familiar, meio de obtenção de renda mensal e reserva de valor na forma de gado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando a pesquisa como célula nuclear do desenvolvimento científico, é fundamental delimitar o método de investigação. Esse estudo é exploratório ao empregar a pesquisa bibliográfica para compreender a temática investigada. Figura-se também como descritivo ao se usar da estatística descritiva para expor os dados primários e secundários analisados (Trivinôs, 1987; Clark; Castro, 2003; Gil, 2008; Gerhardt; Silveira, 2009).

O foco da pesquisa é um grupo de agricultores familiares produtores de leite em Boa Ventura de São Roque/PR, ligados ao projeto “leite competitivo”. O grupo foi escolhido a partir da conveniência de acesso aos agricultores para aplicação das entrevistas, facilitada pelos técnicos do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – (IDR), o que reforça a natureza qualitativa. Este fato faz com que a pesquisa também seja considerada um estudo de caso.

Os agricultores, escolhidos por conveniência, formam um grupo de 30 casos, desses foram entrevistados 18 indicados pela responsável junto ao IDR pelo projeto. São casos mais ativos e definidos como agricultores familiares pelos critérios da Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006. Os selecionados, em sua maioria, detém pequenas áreas de terra, adotam certo nível de tecnologia da produção leiteira, usam técnicas de inseminação artificial, forragem com milhos híbridos, ordenha mecanizada e suplementação alimentar.

A entrevista semiestruturada, que empregou instrumento retirado de Perondi (2007) e Ternoski (2013), foi aplicada entre 01 a 10 de fevereiro de 2022. Compõe o diagnóstico do sistema de produção, levantando a estrutura fundiária, produção vegetal, políticas de financiamento e sustentabilidade dos estabelecimentos. O diagnóstico levantou as receitas agropecuárias, segundo o manual do Convênio INCRA/FAO (Garcia Filho, 2011), compondo o Produto Bruto (PB).

A partir do PB, descontaram-se as saídas de caixa, como: juros (J), impostos (I), arrendamentos (AR), mão de obra assalariada (S), consumo intermediário (CI), depreciação (D), somando os subsídios (SUB), o resultado foi a renda agrícola (RA). (Lima *et al.* 1995; Perondi, 2007; Garcia Filho, 2011; Ternoski, 2013). Esses dados foram segmentados ainda somente para a atividade leiteira.

Além da RA, foram mensuradas outras fontes de renda, a saber: renda não agrícola (RNA); renda de transferências sociais (RTRS); renda de trabalhos agrícolas para fora da unidade de produção (RAGF); e outras fontes de renda (OUFR). O somatório compõe a renda total (RT). (Ternoski, 2013).

Foi composto ainda o índice de diversificação dos estabelecimentos (ID), mensurando a (des)concentração das fontes de renda. Perondi (2007) entende que a diversificação oportuniza às famílias melhores condições de vida. Já Ellis (2000) trata como forma de melhorar a sobrevivência e o nível de vida das famílias.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seção apresenta os resultados da pesquisa, inicialmente (4.1), expõe o contexto socioeconômico do município e observações de campo quanto ao grupo investigado. Na sequência, a seção 4.2, adentra no debate da importância do leite para o grupo de agricultores investigados.

4.1 Caracterização da região de estudo e do grupo investigado

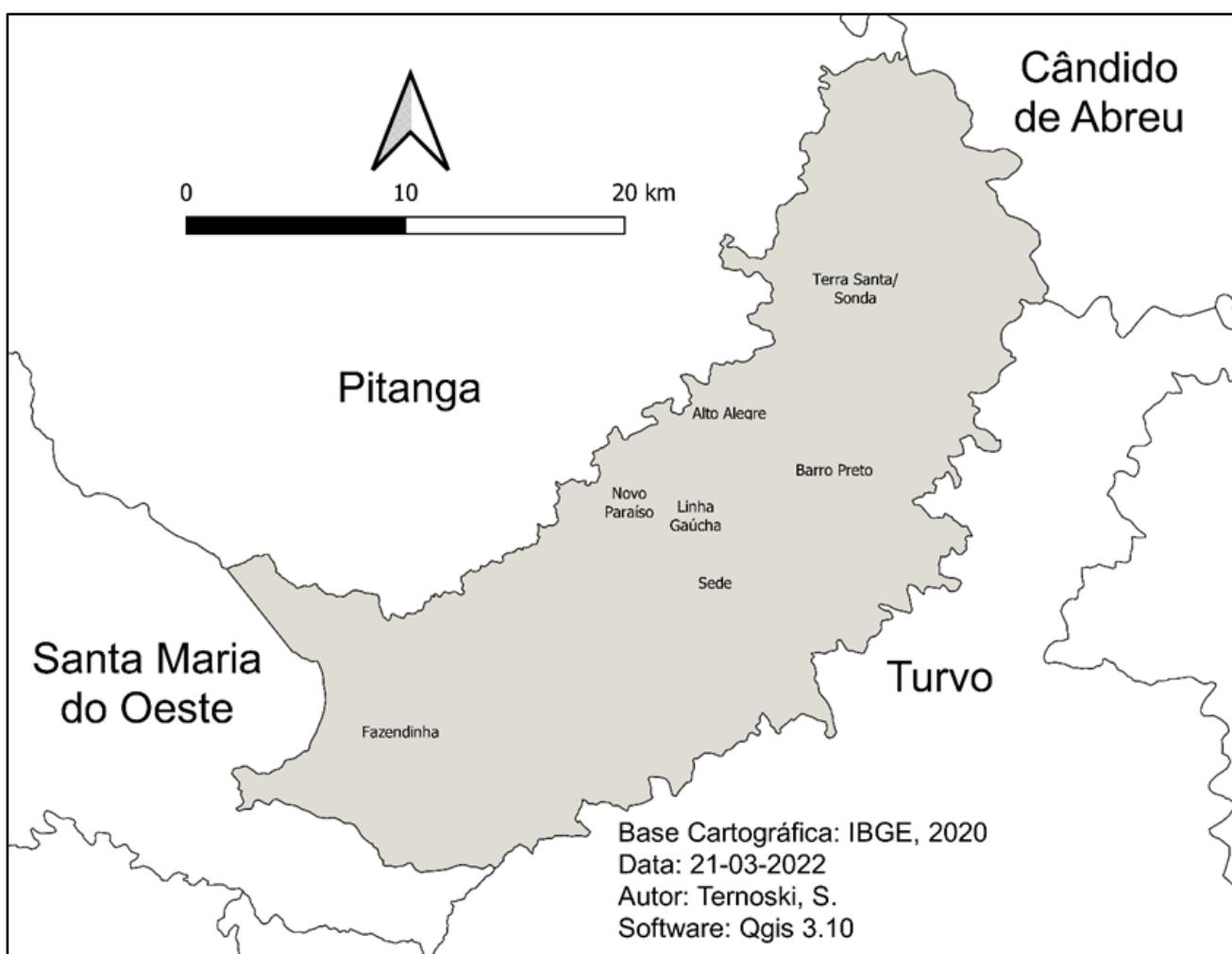
Boa Ventura de São Roque é um dos municípios mais novos do Paraná. Desmembrado de Pitanga em 1997, possui extensão de 621.427 km² com distância de 314,72 km da capital Curitiba e uma população de 6.378 habitantes, conforme o censo de 2022. A economia é de base agropecuária e respondeu em 2021 por 49,03% do valor adicionado bruto do município. Seguida do setor de serviços (27,15%), administração pública (11,99%) e da indústria (11,83%), o que permitiu ao município um PIB per capita de R\$ 56.993,31 (IBGE, 2024b; IBGE Cidades, 2024).

No setor agropecuário, as lavouras temporárias, para o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (2024), ocupam (54,19%) da área total agrícola, contra 43,04% destinado à pecuária. A pecuária, mesmo com menor área, supera (49,23%) o número de estabelecimentos se comparada às lavouras temporárias (44,43%). O leite, para Maia *et al.* (2013), é importante fonte de renda e riqueza para as famílias. Cesari e Tormem (2011) destacam que a atividade vem ganhando espaço.

Os censos agropecuários (2006 e 2017) indicam que Boa Ventura de São Roque expandiu 237,33% o volume de leite produzido, ao passar de 5.974 litros em 2006, para 20.152 em 2017. Já o sul do Brasil cresceu 79,76%, seguido do Paraná (78,23%) e 46,62% para o cenário brasileiro. É destaque o papel da agricultura familiar, que responde, em Boa Ventura de São Roque, por 86,4% do total do leite produzido e por 76,58% do valor gerado com a venda (IBGE, 2024a; 2024c). O fato reforça a importância da análise deste segmento produtivo por este estudo.

Nesse cenário, se insere o projeto “leite competitivo”, coordenado pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IDR. O projeto reúne um grupo de 30 agricultores, desses 18 casos, mais participativos e caracterizados como agricultores familiares, foram entrevistados. Os casos estão distribuídos nas comunidades de Assentamento Novo Paraíso, Barro Preto, Alto Alegre, Fazendinha, Linha Carvalho, Linha Gaúcha, Sede, Sonda e Terra Santa, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Localização das comunidades investigadas em Boa Ventura de São Roque/PR



Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

A área explorada (18 casos) soma 454,8 hectares, da qual 51,95% é área própria, 23,9% outras formas, 16,23% arrendamento de terceiros e 7,92% parceria. A área é destinada à pecuária, grãos, hortifrutigranjeiros e agricultura de subsistência. Os

estabelecimentos processam queijo, salame, vinho, açúcar mascavo e melado. Simon (2009) afirma que a transformação (agregação de valor) e a diversificação vegetal e animal são presentes e predominantes em famílias de origem europeia que ocuparam regiões do Paraná nas décadas de 1970 e 1980.

Nas lavouras temporárias, é destaque a produção de soja, destinada à comercialização, e do milho usado na alimentação do gado. A produção de origem animal consiste em um rebanho misto, embora alguns usem genética de ponta, ver Figura 2. O rebanho misto, para Pereira (2012), vem do cruzamento entre raças de genética inferior e de genética mais apurada. Animais de genética inferior têm maior aptidão para a produção de carne, já animais com genética mais apurada possuem potencial produtivo muito superior para a produção de lácteos.

Figura 2 – Principais atividades nas comunidades investigadas



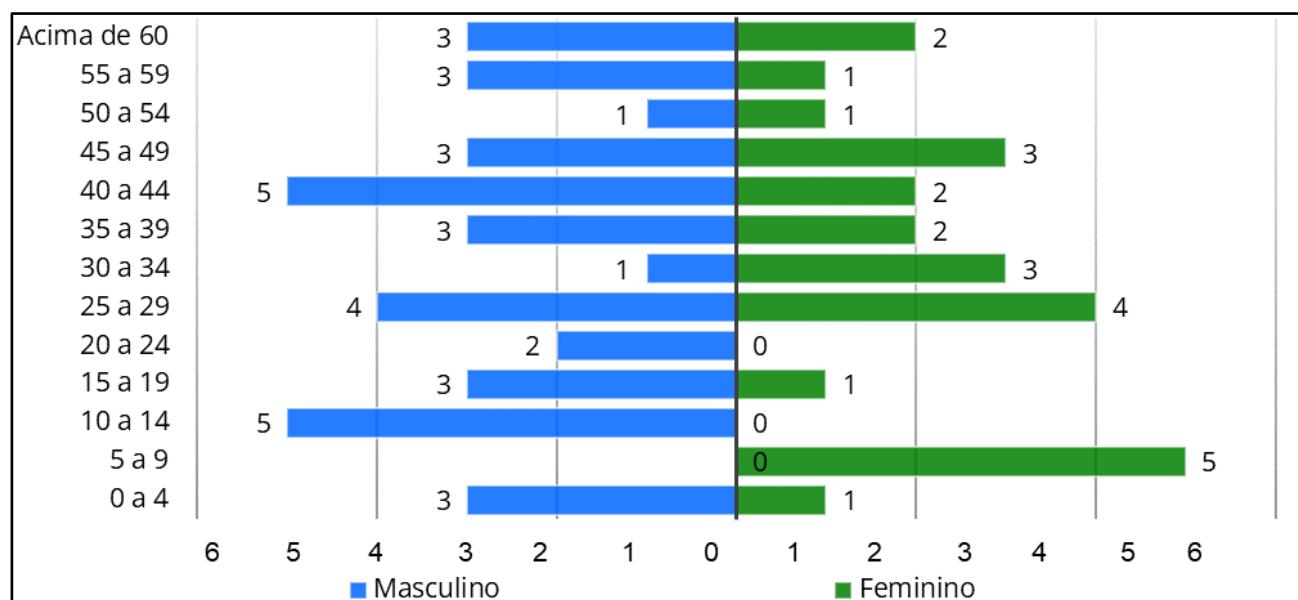
Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Adentrando na composição familiar, notam-se famílias compostas, em sua maioria, pelo casal e filhos. Quanto ao capital humano, necessário na ampliação das

estratégias de renda, 30% dos chefes familiares concluíram a 4^a série do ensino fundamental, 10% a 5^a série, 35% dos casos o ensino médio, e apenas 5% têm superior incompleto. Já a formação das mulheres, 5% não possuem formação, 10% a segunda série do ensino fundamental, 30% a quarta série, 15% o ensino fundamental e 40% o ensino médio.

Dos 18 casos pesquisados, 59,02% são do sexo masculino, os dados por sexo e faixa etária estão expostos na Figura 3. A análise populacional masculina denota que 21,31% do contingente possui menos de 24 anos, de 25 a 59 anos 32,79%, e acima de 60 anos 4,92%. Já a população feminina até 24 anos (11,47%) é inferior ao contingente masculino dessa faixa etária, de 25 a 59 anos 26,23%, e acima de 60 anos 3,28%.

Figura 3 – Distribuição populacional dos casos investigados por sexo/ faixa etária



Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Nota-se baixo percentual de idosos (masculino e feminino) e de mulheres abaixo de 24 anos. A população abaixo de 24 anos (homens e mulheres) soma 32,79%, uma população importante que assumirá o estabelecimento no futuro. Entre 25 a 59 anos, são 59,02%, indicando maior parcela populacional com a estratégia de vida melhor definida. Camarano e Abramovay (1999) tratam do envelhecimento e masculinização

no campo como fenômenos constantes, formados com a emigração feminina, interrompida somente na década de 1960, que volta com força no período seguinte.

Wedig *et al.* (2021) consideram que a emigração feminina é influenciada pela dupla jornada da mulher entre trabalho doméstico e agrícola, que se soma a desvalorização do trabalho feminino. As mulheres buscam romper com a invisibilidade, saem do espaço privado em direção ao público em busca do reconhecimento social e de atividades com melhor remuneração e de rendas fora da unidade produtiva.

Entre os agricultores entrevistados, dois casos chamam a atenção. O primeiro, Figura 4, com menor PB (R\$ 34.700,00), é uma família formada pelo marido e a esposa em faixa etária acima de 40 anos, com média de 7 anos de estudo e sem um sucessor. A produção bruta vem do leite (85%), grãos – soja (15%) e autoconsumo. A terra está dividida entre área própria (15,73 ha) e arrendada (19,36 ha). O pagamento do arrendamento consome uma parcela da receita, elevando o consumo intermediário (CI), e restando 47% do PB na forma de renda agrícola (R\$ 16.561,50), fato que se reflete no nível de capitalização e qualidade das benfeitorias.

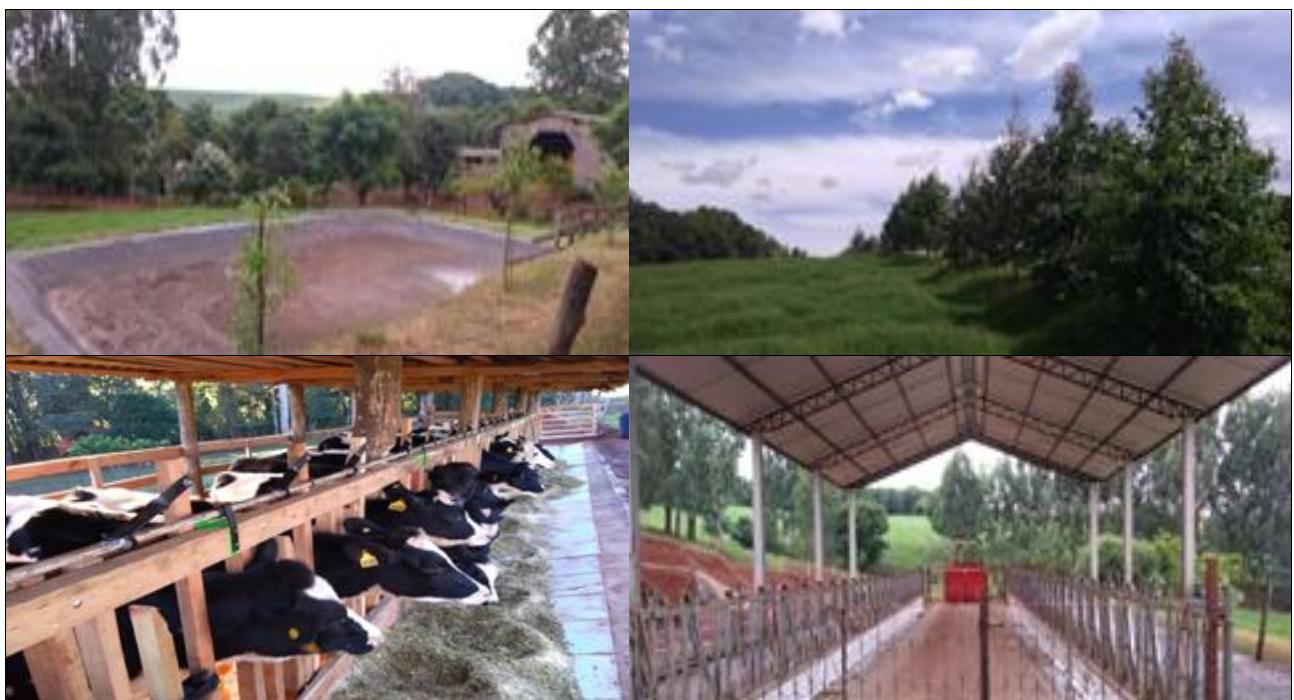
Figura 4 – Aspectos do estabelecimento com o menor produto bruto



Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Em outro extremo, Figura 5, tem-se o estabelecimento com maior produto bruto, também o leite é protagonista, gerando 72% da receita, seguido da soja (22%). O consumo intermediário demanda 44% da receita, restando R\$ 402.301,00 (36,85%) na forma de renda agrícola. A propriedade detém 36,3 hectares de terras próprias, e a família é composta por 4 integrantes, 2 acima de 60 anos e 2 abaixo de 40 anos, estes últimos figurando como possíveis sucessores.

Figura 5 – Aspectos do estabelecimento com o maior produto bruto



Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

No comparativo entre os dois casos (Figuras 4 e 5), é evidente o maior nível de capitalização do estabelecimento com maior PB, Figura 5, e mesmo com maior consumo intermediário (44%) se comparado ao caso com menor PB, Figura 4 (34%), sua renda agrícola monetária é 24,29 vezes maior. Um primeiro olhar sobre o grupo já revela riqueza e renda concentrada em um pequeno número de casos.

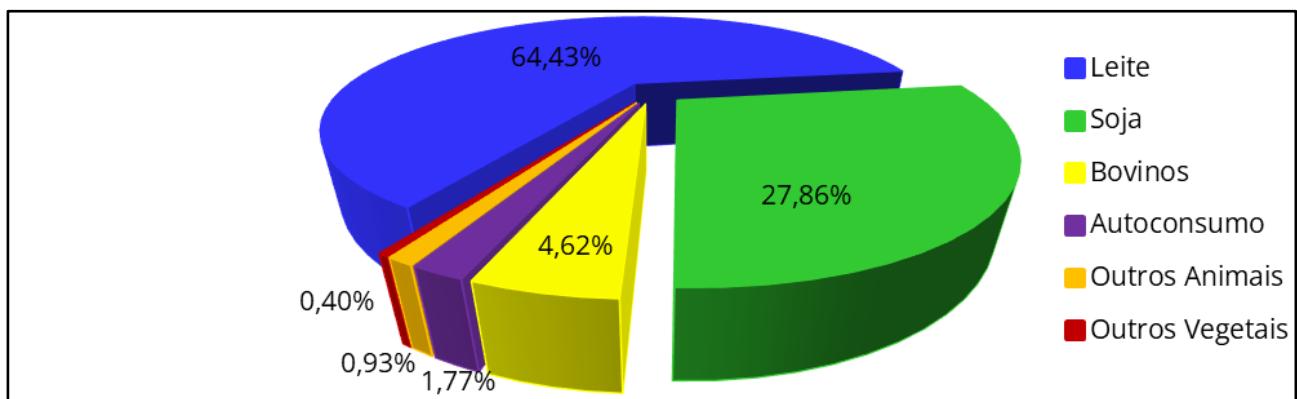
Alves *et al.* (2012) apontam que agricultores menos capitalizados encontram maiores dificuldades em acessar crédito. Somam-se as piores condições de negociação

na aquisição de insumos, já que pagam preços mais elevados ao mesmo tempo que vendem seus produtos a preços mais baixos.

4.2 A produção bruta e as rendas dos estabelecimentos

A análise dos dados sobre a produção e a formação das rendas permite notar a existência de concentração de terras e da produção bruta. Dos 18 casos, 72,22% respondem por 37,05% do PB, cinco (27,78%) concentram 62,95% do total da produção bruta. A PB vem do leite (64,43%), soja (27,86%), bovinos (4,62%), autoconsumo (1,77%), outros animais (0,93%), como: aves, suínos, ovinos, e seus produtos ovos, mel e peixes, além de 0,40% de produtos de origem vegetal (feijão e milho). Ver Figura 6.

Figura 6 – Formação do produto bruto nos estabelecimentos familiares



Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

A composição do produto bruto reflete na (des)concentração das atividades agrícolas expressas com o índice de diversificação agrícola (IDagric). Quanto mais variado o *portfólio* de atividades, mais próximo de 1 (um) está o índice, uma especialização que eleva o risco, deixando o estabelecimento mais vulnerável às oscilações de mercado e problemas climáticos. O IDagric médio foi de 0,31, cujo menor valor foi 0 (zero) em um caso que produz apenas leite cru, sem autoconsumo, e o maior valor (0,661) em um caso que trabalha com leite, soja, milho e também autoconsumo.

A Tabela 1 e a Figura 7 sintetizam os dados do produto bruto e estabelecem paralelo da produção bruta total com somente o PB do leite. Em média, o PB total é maior que o PB somente do leite, isso é explicado pela participação das outras atividades agropecuárias na produção bruta. Tem-se alto coeficiente de variação (CV), reforçando as disparidades do PB, despesas e renda entre os casos investigados.

O menor PB (R\$ 34.700,50) é o caso com leite, grãos (soja), autoconsumo, uso de áreas arrendadas, família com 2 integrantes e sem sucessor já descrito. O maior PB (R\$ 1.091,265,00) produz soja, detém áreas próprias, possui alta produtividade leiteira, tecnologia de ponta, mão de obra assalariada e família com 4 pessoas com sucessor.

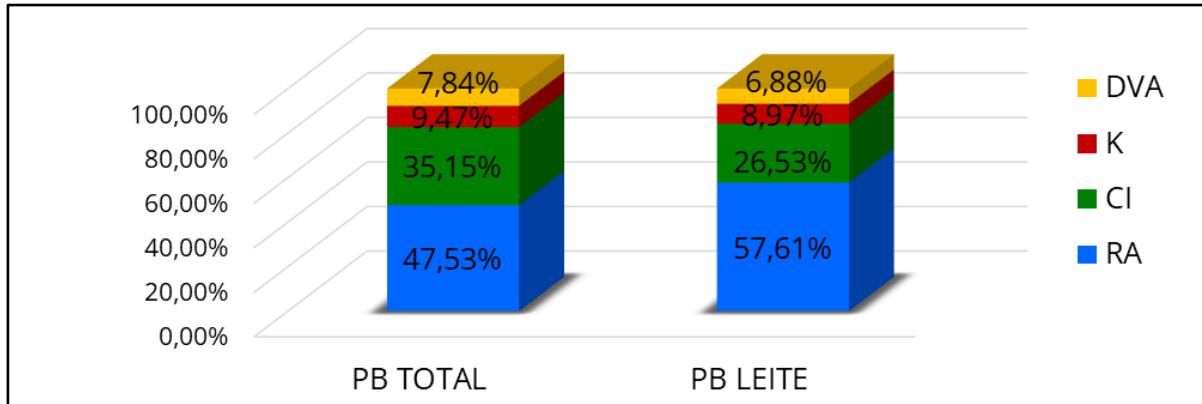
Tabela 1 – Produção bruta e renda agrícola dos casos investigados – safra 2020/2021

Estatística descritiva da formação do produto bruto dos estabelecimentos				
Variável	Média	Soma	Desvio Padrão	CV
PB	R\$ 260.377,06	R\$ 4.686.787,06	R\$ 265.648,90	102,02%
CI	R\$ 91.524,77	R\$ 1.647.445,78	R\$ 129.114,20	141,07%
K	R\$ 24.670,22	R\$ 444.064,00	R\$ 25.786,69	104,53%
DVA	R\$ 20.422,46	R\$ 367.604,20	R\$ 42.305,15	207,15%
RA	R\$ 123.759,62	R\$ 2.227.673,08	R\$ 110.831,83	89,55%
Estatística descritiva do produto bruto somente do leite				
Variável	Média	Soma	Desvio Padrão	CV
PB Leite	R\$ 168.590,22	R\$ 3.034.624,00	R\$ 188.499,24	111,81%
CI Leite	R\$ 44.733,04	R\$ 805.194,80	R\$ 74.600,12	166,77%
K Leite	R\$ 15.130,14	R\$ 272.342,58	R\$ 18.324,08	121,11%
DVA Leite	R\$ 11.598,46	R\$ 208.772,22	R\$ 27.948,54	240,97%
RA Leite	R\$ 97.128,58	R\$ 1.748.314,41	R\$ 90.254,61	92,92%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Uma parte do produto bruto se destina ao consumo intermediário (CI), nas despesas com insumos, defensivos e outros gastos no processo produtivo. Responde por 35,15% do PB, mas quando específico do leite, representa 26,53% da produção bruta, o que evidencia ao leite uma menor dependência externa dos insumos.

Figura 7 – Formação PB total e PB produção leiteira – safra 2020/2021



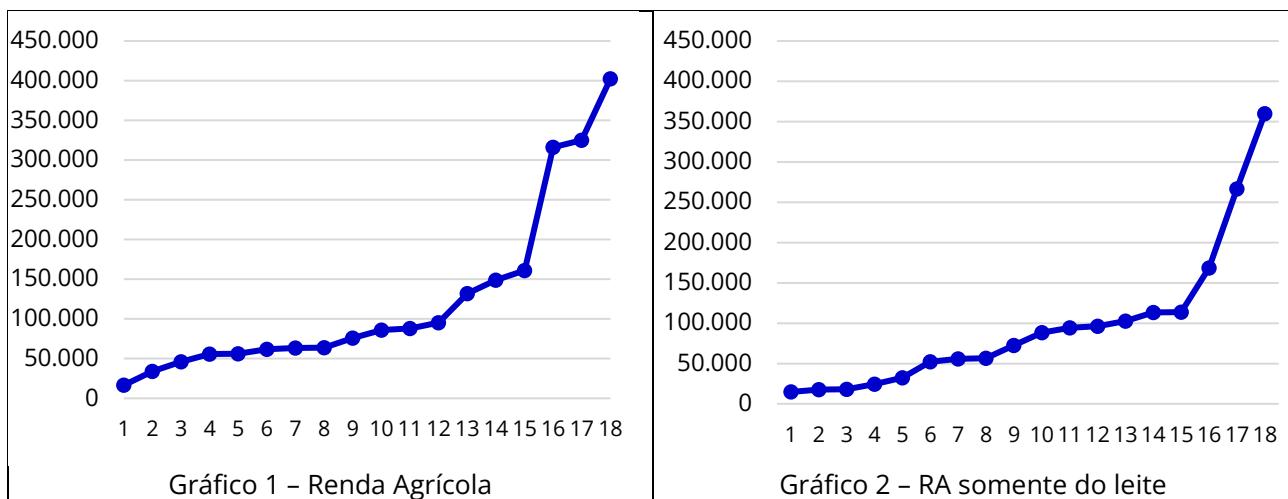
Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Parte do PB é rateada com a depreciação (K) de máquinas e equipamentos, a qual fica com 9,47%, muito próximo de 8,97% encontrados somente no leite. Fato que indica certa igualdade de patrimônio (máquinas e equipamentos) entre casos mais intensivos em leite e aqueles que se dedicam a outras atividades agropecuárias. Já o DVA, que engloba o pagamento de arrendamentos, impostos, juros e mão-de-obra, responde por 7,84%, sendo 6,88% somente para o leite.

O montante que sobra forma a renda agrícola (RA), sendo de 47,53%, mas a fatia que fica com o agricultor é maior (57,61%) quando se olha somente a atividade leiteira. Conclui-se que o leite é importante fonte de geração de renda, gera 64,4% do produto bruto, bem como consome menos recursos, menor depreciação e DVA, resultando em percentual mais elevado (57,61%) que fica com o agricultor na forma de renda agrícola.

A RA média foi de R\$ 123.000,00, com 12 casos abaixo desta média, refletindo também a concentração da renda agrícola conforme Figura 8 – Gráficos 1 e 2. Analisando a RA de todos os casos (Gráfico 1 – Figura 8), nota-se que 66,67% dos casos que detém renda agrícola abaixo da média respondem por 33,34% dessa renda, já os seis casos com RA acima da média concentram 66,67% da renda.

Figura 8 – Renda agrícola e renda agrícola do leite – safra 2020/2021



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A menor RA (R\$ 16.561,50) é de um estabelecimento que tem o leite como atividade principal e produz soja. A família é formada pelo casal, sem sucessor familiar e média de escolaridade de 7 anos. Já a maior renda agrícola (R\$ 402.301,00) vem de um caso com alta produtividade de leite, a família é formada por 4 integrantes, com sucessor e média de escolaridade de 9 anos.

Quando analisada a renda agrícola somente do leite (Gráfico 2 – Figura 8), a média foi de R\$ 97.128,58, com 6 casos acima da média que concentram 64,38% da RA, os demais (66,67%) respondem por 35,62% da renda do leite. O menor valor é de um caso com alta diversificação, que além do leite, conta com grãos e atividades não agrícolas. E, o maior valor, é de um estabelecimento em que o leite é produzido em larga escala com emprego intensivo de tecnologia, formando a principal fonte de renda.

Além da renda agrícola, outras fontes formam a renda total (RT), conforme Tabela 2 e Figura 9. Em grau de importância, era esperado a maior participação da RA (88,75%) na formação da renda total, por se tratar de estabelecimentos agropecuários. Segue-se em grau de importância com a renda não agrícola (Rna) com 6,08% e presente em 22,2% dos casos. A RNA advém de fora do estabelecimento e envolve atividades assalariadas, serviços de pedreiro, autônomos entre outras atividades.

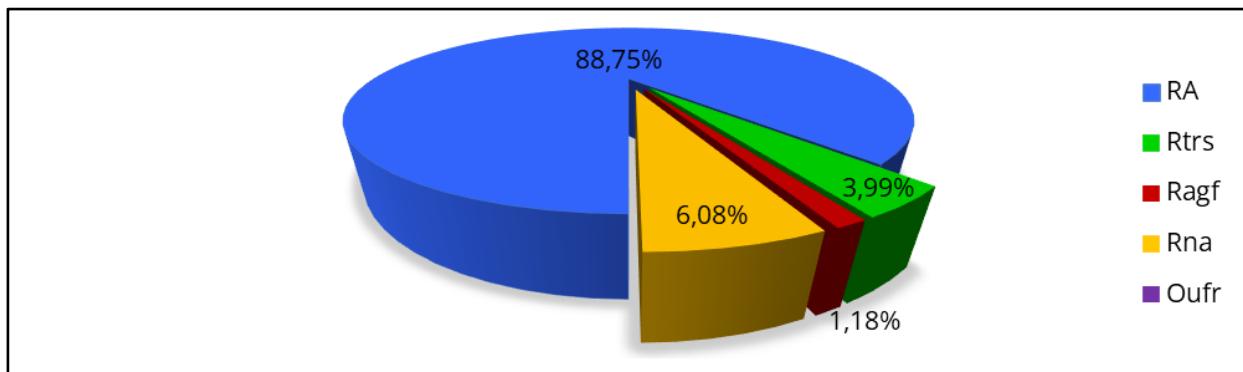
Tabela 2 - A formação da renda total dos casos investigados – safra 2020/2021

Estatística descritiva da formação da renda total				
Variável	Média	Soma	Desvio padrão	CV
Ra	R\$ 123.759,62	R\$ 2.227.673,08	R\$ 110.831,83	89,55%
Rtrs	R\$ 5.561,11	R\$ 100.100,00	R\$ 11.118,88	199,94%
Ragf	R\$ 1.650,00	R\$ 29.700,00	R\$ 5.653,14	342,61%
Rna	R\$ 8.471,94	R\$ 152.495,00	R\$ 17.298,62	204,19%
Oufr	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
Rt	R\$ 139.442,67	R\$ 2.509.968,08	R\$ 116.842,44	83,79%

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Já rendas extra agrícolas (Ragf) mantêm ligações com a agricultura, mas são desenvolvidas fora do estabelecimento, envolvem prestação de serviços com máquinas agrícolas ou na forma de diárias (trabalho braçal), respondem por 1,18% da renda total e estão presentes em 3 casos (16,66%). Segue-se com as transferências sociais (Rtrs), presentes em 4 casos (22,22%), respondendo por 3,99% da renda total. Não foram registrados casos com outras fontes de renda (Oufr).

Figura 9 – Formação da renda total – safra 2020/2021



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

A média da renda total foi de R\$ 139.442,67, em 13 casos a RT ficou abaixo dessa média, os quais concentram 41,84% da renda total (R\$ 2.509.968,08). Outros cinco casos registraram RT superior à média, concentrando 58,16% da renda total. A menor renda total registrada foi de R\$ 45.957,62 e corresponde a um estabelecimento com atividades agropecuárias fruto do leite e grãos, essa propriedade não conta com fontes

externas de renda e seu índice de diversificação (ID) é de 0,45, neste estabelecimento o chefe da família possui o primeiro grau incompleto.

Ellis (2000) argumenta que estabelecimentos diversificados contribuem para a melhor qualidade de vida das famílias, melhorando, inclusive, suas condições de sobrevivência. Nisso, a maior renda total (R\$ 465.901,00) é encontrada em um estabelecimento com boa produtividade leiteira, produção de grãos, que se somam a rendas externas (transferências e trabalho assalariado não agrícola), cujo ID corresponde a 0,50, e o chefe da família também possui o primeiro grau incompleto.

O índice de diversificação médio registrado foi de 0,379, cujo menor ID é 0,022, em uma propriedade de um integrante masculino com idade abaixo de 30 anos, ensino médio completo. A unidade desenvolve a atividade leiteira e atividades não agrícolas. Já o maior ID (0,724), é de uma família composta por três integrantes, dois abaixo de 40 anos (com ensino médio completo) e um abaixo de 10 anos. Suas rendas estão focadas na produção de grãos, leite, além de rendas não agrícolas e autoconsumo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em pequenos municípios rurais, o setor agrícola é responsável por parcela expressiva da riqueza gerada, é o que acontece em Boa Ventura de São Roque/PR, onde a agropecuária responde por 31,07% da riqueza total (PIB). Uma agropecuária que tem o agricultor familiar como destaque na produção de alimentos em todo o território nacional, na qual o leite participa com parcela significativa. Em Boa Ventura de São Roque, a atividade leiteira desenvolvida em estabelecimentos familiares responde por 86,4% do volume total produzido, 77,7% do volume vendido e 76,58% da riqueza gerada com a venda do leite (IBGE, 2024a).

Diante da expressividade da atividade leiteira nos estabelecimentos da agricultura familiar, o foco da pesquisa avaliou sua contribuição sobre o volume produzido e sobre a geração de renda junto a um grupo de 18 agricultores ligados ao projeto “leite competitivo”. Entende-se que o objetivo do estudo foi cumprido,

validando a suposição inicial de relação positiva do leite na produção e na renda dos estabelecimentos investigados em Boa Ventura de São Roque/PR.

A atividade leiteira tem peso significativo na produção dos estabelecimentos investigados, responde por 64,4% do produto bruto. É com o leite que uma maior parcela da receita fica com o agricultor na forma de renda agrícola, o leite consome menor quantidade de insumos (26,53%), permitindo que maior percentual (57,61%) da produção bruta seja destinada na forma de renda ao agricultor, participação superior aos 47,53% da RA quando considerada as demais atividades.

Outro fato importante é sua contribuição na desconcentração da renda, já que os 50% mais ricos concentram 66,66% da renda agrícola, mas quando se trata apenas da RA do leite, a renda concentrada por esta parcela (50%) mais rica cai para 64,38%. O leite perde, em termos da desconcentração, apenas para a contribuição das rendas externas (do trabalho e não trabalho), onde os 50% mais ricos passam a concentrar 58,16% da renda total.

As limitações encontradas pelo estudo ficam por conta da extensão territorial do município e da escassez de recursos para a pesquisa, impedindo a amostragem estatisticamente representativa da população do município. É evidente a necessidade de ampliar o número de estabelecimentos entrevistados. Sugere-se como pesquisas futuras a avaliação do efeito desconcentrador, tanto do leite como das rendas externas (agrícolas e não agrícolas) sobre a renda total, já que dados gerais (embora não foi o foco do estudo) demonstraram efeito positivo do leite e das rendas externas na desconcentração da renda total (ID).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ALVES, E.; SOUZA, G.; ROCHA, D. Lucratividade da agricultura. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 45-63, abr./mai./jun. 2012. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/96/70>. Acesso em: 25 ago. 2024.

BRAGA, L. C. **A territorialização da produção leiteira e fumageira na Linha Itaíba, Marmeleiro – PR**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2010.

BRASIL. **Decreto n. 30.691**, de 29 de março de 1952. Aprova o novo Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. Rio de Janeiro, 1952. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D30691impressao.htm. Acesso em: 14 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto n. 1.946**, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htmimpressao.htm. Acesso em: 14 fev. 2025.

BRASIL. **Lei n. 11.326**, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/Lei/L11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm). Acesso em: 14 fev. 2025.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Texto para Discussão / IPEA; 621). Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0621.pdf. Acesso em: 19 fev. 2020.

CARNEIRO, M. J. Política Pública e Agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 70-82, dez. 2013. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/106>. Acesso em: 21 mar. 2022.

CASARI, P.; TORMEM, P. Atividade Leiteira, Agricultura Familiar e Desenvolvimento Regional: estudo de caso da linha Tormem Chapeco – SC. **Revista Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n. 34, p. 139-171, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/cepe/article/view/936>. Acesso em: 01 nov. 2021.

CLARK; O. A. C.; CASTRO; A. A. A Pesquisa. **Pesquisa Odontológica Brasileira**, [S. l.], v. 17, n. suppl.1, p. 67-69, 2003. DOI: 10.1590/S1517-74912003000500011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/pob/article/view/43057>. Acesso em: 16 jul. 2024.

GARCIA FILHO, D. P. **Análise diagnóstico de sistemas agrários**: guia metodológico. Brasília: INCRA/FAO, 2011. Disponível em: <http://beneweb.com.br/resources/Guia%20Metodol%C3%B3gico%20ADSA%20INCRA-FAO.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2021.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

FERRARI, D. L.; MELLO, M. A.; TESTA, V. M.; SILVESTRO, M. L. Agricultores Familiares, Exclusão e Desafios para a Inserção Econômica na Produção de Leite em Santa Catarina. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 22-36, jan. 2005. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/OUT/publicacoes/pdf/tec2-0105b.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

FRIEDMANN, H. Simple commodity production and wage labour in the American plains. **The Journal of Peasant Studies**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 71-100, 1978. DOI: 10.1080/03066157808438066. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03066157808438066>. Acesso em: 3 fev. 2021.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017 resultado definitivo**. 2024a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 15 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos Municípios**, 2024b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=resultados>. Acesso em: 07 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006 resultado definitivo**. 2024c. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>. Acesso em: 15 jul. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - CIDADES. **Boa Ventura de São Roque**, 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/boa-ventura-de-sao-roque/panorama>. Acesso em: 07 jul. 2024.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Caderno estatístico município de Boa Ventura de São Roque**. 2024. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=85225>. Acesso em: 25 ago. 2024.

JUNG; C. F.; MATTE; A. A. J. Produção Leiteira no Brasil e Características da Bovinocultura Leiteira no Rio Grande do Sul. **Ágora: Revista de História, Geografia e Gastronomia**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 1, p. 34-47, 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/8446>. Acesso em: 15 nov. 2021.

LIMA, A. P.; BASSO, N.; NEUMANN, P. S.; SANTOS, A. C. dos; MULLER, A. G. **Administração da unidade de produção familiar**: modalidade de trabalhos com agricultores. Ijuí: UNIJUÍ, 1995.

MAIA, G. B. S.; PINTO, A. R.; MARQUES, C. Y. T.; ROITMAN, F. B.; LYRA, D. D. Produção Leiteira no Brasil. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, v. 37, p. 371-398, 2013. Disponível em: https://web.bnDES.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/1514/1/A%20mar37_09_Produ%C3%A7%C3%A3o%20leiteira%20no%20Brasil_P.pdf. Acesso em: 01 nov. 2021.

OLIVEIRA, L. F. T.; SILVA, S. P. Mudanças Institucionais e Produção Familiar na Cadeia Produtiva do Leite no Oeste Catarinense. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 50, n. 4, p. 705-720, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/RgMVc6zrcQcv3tpCPTdV6GN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2021.

PEREIRA, R. J. **Modelos genéticos para a produção no dia do controle em bovinos Gir leiteiro (Bos Indicus)**. 2012. Tese (Doutorado em Genética e Melhoramento Animal – FCAV) – Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista, Jaboticabal, 2012.

PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S. Bases Teóricas da Abordagem de Diversificação dos Meios de Vida. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 117-135, 2012. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2032>. Acesso em: 16 jul. 2024.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SCHMITZ, A. M.; SANTOS, R. A. dos. A Produção de Leite na Agricultura Familiar do Sudoeste do Paraná e a Participação das Mulheres no Processo Produtivo. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 339-356, 2014. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/4543>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 18, n. 51, p. 99-192, 2003. DOI: 10.1590/S0102-69092003000100008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/rztr5GB6thSx7TVPkw4wf7z/?lang=pt#>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre Diversidade e Diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais - UNICAMP**, Campinas, v. 4, n. 1, p. 85-131, 2010. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/708>. Acesso em: 12 maio. 2021.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. F. Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista Grifos**, [S. l.], v. 30 n. 51, p. 12-41, 2021. DOI: 10.22295/grifos.v30i51.5656. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/5656>. Acesso em: 25 ago. 2024.

SCOONES, I. **Sustainable rural livelihoods**: a framework for analysis. IDS Working Paper 72. Brighton: IDS, 1998.

SECRETARIA ESTADUAL DE ABASTECIMENTO. **Bovinocultura de leite prognóstico ano de 2017/2018**. Prognóstico Ano 2017/18. Curitiba: SEAB. Disponível em: https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/leite_2019_v1.pdf. Acesso em: 20 nov. 2021.

SIMON, P. **A Diáspora do povo gaúcho**. Brasília: Senado Federal, 2009.

TELLES, T. S.; TANAKA, J. P. U.; PELLINI, T. Agricultura Familiar: pecuária leiteira como locus das políticas públicas paranaenses. **Semina: Ciências Agrárias**, Londrina, v. 29, n. 3, p. 579-590, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=445744089021>. Acesso em: 01 nov. 2021.

TERNOSKI, S. **Estratégias de melhorias da renda da agricultura familiar**: análise a partir da base social da CRESOL/Prudentópolis. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2013.

TOLEDO, V. M. La Racionalidad Ecológica de la Producción Campesina. In: GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. (Org.). **Ecología, Campesinado e Historia**. Madrid: La Piqueta, 1993. p. 197-218.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Edusp, 1991.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 20., 1996, Caxambu. **Anais** ..., Caxambu: UNIFAL, 1996, p. 1-18.

WANDERLEY, MM. N. B. A Emergência de uma Nova Ruralidade nas Sociedades Modernas Avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 87-145, 2000. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178>. Acesso em: 10 out. 2021.

WEDIG, J. C.; TERNOSKI, S.; PERONDI, M. A.; KIYOTA, N. Movimentos de Emigração de Mulheres Rurais em Itapejara d'Oeste/PR: enfrentando relações de poder patriarcais. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 26, p. 1-27, 2021. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/15021>. Acesso em: 18 mar. 2022.

Contribuições de autoria

1 – Daniel Fritsch

Professor Quadro Próprio do Magistério da Secretaria Estadual de Educação SEED-PR, Licenciado em Geografia, Bacharel em Ciências Econômicas e Especialista em Educação e Gestão Ambiental.

<https://orcid.org/0009-0005-3518-8212> • dan123@seed.pr.gov.br

Contribuição: Revisão de literatura; coleta tabulação e análise de dados; Redação do texto

2 – Simão Ternoski

Professor do departamento de Ciências Econômicas, Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Doutor e Mestre em Desenvolvimento Regional (UTFPR). Economista.

<https://orcid.org/0000-0003-1227-7966> • sternoski@unicentro.br

Contribuição: Coordenação da pesquisa; instrumento de coleta de dados e revisão dos dados; redação e revisão final do artigo

Como citar este artigo

FRITSCH, D.; TERNOSKI, S. A Agricultura Familiar e a Atividade Leiteira: um estudo sobre o projeto “leite competitivo” no município de Boa Ventura de São Roque/PR. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 32, e88730, p. 1-26, 2025. DOI 10.5902/2318179688730. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2318179688730>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.